

Votorantim Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e
relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Geração de Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Geração de Energia S.A. e da Votorantim Geração de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 11 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas

Votorantim Geração de Energia S.A.

nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Votorantim Geração de Energia S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

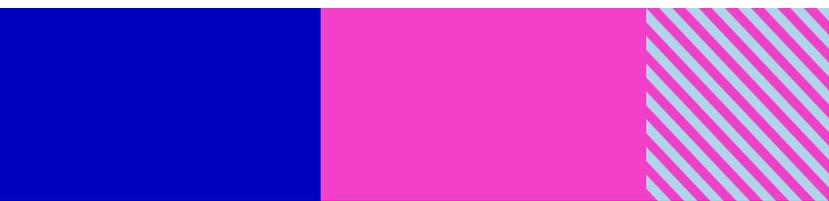
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado.....	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais	11
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	12
2.1	Base de apresentação.....	12
2.2	Consolidação.....	13
2.3	Reapresentação de cifras comparativas	14
2.4	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras	15
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	15
3.2	IFRIC 23 / ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”	16
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
5	Gestão de risco financeiro	17
5.1	Fatores de risco financeiro	17
5.2	Estimativa do valor justo	19
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	20
5.4	Gestão de capital	21
6	Instrumentos financeiros por categoria	21
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	22
8	Caixa e equivalentes de caixa	23
9	Contas a receber de clientes.....	23
10	Tributos a recuperar	25
11	Partes relacionadas.....	26
12	Instrumentos financeiros – compromisso firme.....	29
13	Investimentos	30
14	Imobilizado	36
15	Intangível	38
16	Arrendamento mercantil.....	39
17	Fornecedores.....	40
18	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	40
19	Receita diferida – obrigação por performance.....	42
20	Provisões.....	42
21	Patrimônio líquido	43
22	Receita	44
23	Abertura do resultado por natureza.....	45
24	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	46
25	Resultado financeiro líquido.....	46
26	Benefícios de plano de pensão	46
27	Seguros	47
28	Informações suplementares, segmentos de negócios	47
29	Eventos subsequentes	52

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
		Reapresentado (Nota 2.3)		Reapresentado (Nota 2.3)	
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	22	31.842	27.868	4.229.084	4.455.618
Custo de compra de energia e dos serviços prestados	23	(24.709)	(20.718)	(4.102.879)	(4.282.538)
Lucro bruto		7.133	7.150	126.205	173.080
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(10.795)	(21.624)	(94.112)	(94.219)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(15)	300.054	(56.369)	345.228
		(10.810)	278.430	(150.481)	251.009
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(3.677)	285.580	(24.276)	424.089
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13	326.781	392.543	356.074	342.481
Resultado financeiro líquido	25				
Receitas financeiras		3.108	3.503	99.451	108.341
Despesas financeiras		(813)	(1.244)	(115.998)	(154.402)
		2.295	2.259	(16.547)	(46.061)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição		325.399	680.382	315.251	720.509
Imposto de renda e contribuição social					
	18 (a)				
Correntes		(956)		(13.885)	(23.057)
Diferidos		1.775	(45.807)	24.852	(62.877)
Lucro líquido do exercício		326.218	634.575	326.218	634.575
Quantidade média ponderada de ações - milhares		2.430.448	893.323	2.430.448	893.323
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		134,22	710,35	134,22	710,35

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
		Reapresentado (Nota 2.3)
Lucro líquido do exercício	326.218	634.575
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	5.100	
Remensuração dos benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	(107.740)	
Total do resultado abrangente do exercício	223.578	634.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Retenção				
Em 1º de janeiro de 2018		527.490				(32.513)		494.977
Lucro líquido exercício (reapresentado (Nota 2.3))						634.575		634.575
Total do resultado abrangente do exercício						634.575		634.575
Aporte de capital		1.660.000						1.660.000
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição da reserva legal			12.388			(12.388)		
Dividendos deliberados						(58.844)		(58.844)
Retenção de lucros (reapresentado (Nota 2.3))				563.343		(563.343)		
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		1.660.000	12.388	563.343		(634.575)		1.601.156
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado (Nota 2.3))		2.187.490	12.388	530.830				2.730.708
Lucro líquido exercício						326.218		326.218
Resultado abrangente do exercício							(102.640)	(102.640)
Total do resultado abrangente do exercício						326.218	(102.640)	223.578
Aumento de capital	1.1(a)	105.000						105.000
Aporte de investimento - Pollarix	1.1(c)	138.479						138.479
Reversão de dividendos obrigatórios	21(a)			58.844				58.844
Deliberação de dividendos	1.1(f)			(53.500)				(53.500)
Redução de capital	21(a)	(521)						(521)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição da reserva legal	21(c)		16.311			(16.311)		
Dividendos deliberados	21(c)					(77.477)		(77.477)
Retenção de lucros				232.430		(232.430)		
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		242.958	16.311	237.774		(326.218)		170.825
Em 31 de dezembro de 2019		2.430.448	28.699	768.604			(102.640)	3.125.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
			Reapresentado (Nota 2.3)	Reapresentado (Nota 2.3)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		325.399	680.382	315.251	720.509
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias			(427)	109	7.028
Equivalência patrimonial	13 (c)	(326.781)	(392.543)	(356.074)	(342.481)
Depreciação e amortização	14 a 16	303	2.454	4.883	24.889
Mais valia do direito de exploração do parque eólico Ventos do Piauí I			(147.254)		(147.254)
Ágio reflexo na emissão de ações da VTRM			(155.254)		(155.254)
Ajuste a valor presente de contratos de arrendamento	16 (b)	69		702	
Reversões de provisões trabalhistas				(1.124)	(20.877)
Provisão para perda de investimentos - FINOR					4.103
Perda (reversão) estimada com crédito de liquidação duvidosa				(445)	(6.976)
Instrumentos financeiros - compromisso firme	12			67.048	(43.974)
		(1.010)	(12.642)	30.350	39.713
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(1.725)	1.535	(3.506)	(69.655)
Tributos a recuperar		140		1.752	(1.355)
Demais créditos e outros ativos		186	586	(21.022)	3.844
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		185	655	(1.486)	(40.452)
Salários e encargos sociais		1.662	2.645	529	2.698
Tributos a recolher		(1.268)	1.127	(9.551)	(5.776)
Partes relacionadas				12.765	3.263
Provisões				(65)	
Demais obrigações e outros passivos		1.035	953	(31.274)	11.832
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(795)	(5.141)	(21.508)	(55.888)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos					(9.531)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(392)	(15)	(6.430)	(16.390)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.187)	(5.156)	(27.938)	(81.809)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	14	(266)		(2.891)	(8.223)
Aumento de capital da VTRM Energia Participações S.A.	1.1 (b)	(105.917)	(920.800)	(105.917)	(866.476)
Aumento de capital social em investidas				(700)	
Redução de capital social em investidas			120.000		
Aquisição de quotas - FINOR					(943)
Recebimento de dividendos		69.084	83.132	69.084	8.132
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(37.099)	(718.368)	(39.724)	(867.510)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de arrendamentos	16 (b)	(342)		(3.241)	
Liquidação de empréstimos					(420.000)
Pagamento de dividendos	1.1 (f)	(53.500)		(53.500)	
Aumento de capital social	1.1 (a)	105.000	750.000	105.000	750.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		51.158	750.000	48.259	330.000
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		12.872	26.476	(19.403)	(619.319)
Efeito no caixa de empresas excluídas da consolidação					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.278	22.802	120.902	754.027
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		62.150	49.278	101.499	120.902
Principais transações que não afetaram caixa					
Aporte de investimento Pollarix	1.1 (c)	138.479		138.479	
Ágio reflexo na emissão de ações da VTRM Energia Participações S.A.			155.254		155.254
Aquisição de investimento CBA Energia Participações S.A.			171.500		171.500
Aporte de capital VSA			910.000		910.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Votorantim Geração de Energia S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado (Nota 2.3)		Reapresentado (Nota 2.3)	
Receitas				
Vendas de energia e serviços prestados	36.944	32.499	4.742.447	5.004.517
Outras receitas operacionais	732	300.054	11.830	307.973
Reversão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa			445	6.976
	<u>37.676</u>	<u>332.553</u>	<u>4.754.722</u>	<u>5.319.466</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Compra de energia elétrica para revenda e serviços prestados			(4.079.903)	(4.232.763)
Serviços de terceiros e outros	(8.415)	(17.705)	(35.316)	(54.073)
Impairment de ágio, investimento e outros ativos				(6.716)
	<u>(8.415)</u>	<u>(17.705)</u>	<u>(4.115.219)</u>	<u>(4.293.552)</u>
Valor adicionado bruto	<u>29.261</u>	<u>314.848</u>	<u>639.503</u>	<u>1.025.914</u>
Instrumentos financeiros - compromisso firme			(67.048)	43.974
Depreciação e amortização	(303)	(2.454)	(4.883)	(24.889)
Valor adicionado líquido produzido	<u>28.958</u>	<u>312.394</u>	<u>567.572</u>	<u>1.044.999</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	326.781	392.543	356.074	342.481
Receitas financeiras	3.108	3.503	99.451	108.341
	<u>329.889</u>	<u>396.046</u>	<u>455.525</u>	<u>450.822</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>358.847</u>	<u>708.440</u>	<u>1.023.097</u>	<u>1.495.821</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos sociais				
Remuneração direta	17.611	14.295	48.959	42.587
Encargos sociais	6.507	4.961	19.532	16.840
Benefícios	1.720	1.462	6.190	5.647
	<u>25.838</u>	<u>20.718</u>	<u>74.681</u>	<u>65.074</u>
Impostos e contribuições				
Federais	5.869	4.441	445.800	481.050
Estaduais			81.541	90.784
Municipais	1.847	1.625	2.221	1.885
Diferidos	(1.775)	45.807	(24.852)	62.877
	<u>5.941</u>	<u>51.873</u>	<u>504.710</u>	<u>636.596</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	813	1.244	115.998	154.402
Aluguéis	37	30	1.490	5.174
	<u>850</u>	<u>1.274</u>	<u>117.488</u>	<u>159.576</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	77.477	58.844	77.477	58.844
Lucros retidos	248.741	575.731	248.741	575.731
	<u>326.218</u>	<u>634.575</u>	<u>326.218</u>	<u>634.575</u>
Valor adicionado distribuído	<u>358.847</u>	<u>708.440</u>	<u>1.023.097</u>	<u>1.495.821</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "VGE") e suas controladas, têm por objetivo a implantação, exploração, operação e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, prestação de serviços de operação e manutenção relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como realização de estudos e projetos relacionados ao dimensionamento e desenvolvimento de empreendimentos energéticos.

A Companhia é controlada direta da Votorantim S.A. ("VSA"), uma companhia de capital fechado, integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes", e que constitui a *holding* das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil.

As atividades da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"), controlada direta da VGE, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- Ambiente de Contratação Regulada ("ACR");
- Ambiente de Contratação Livre ("ACL");
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019

(a) Aumento de capital social

Em 4 de janeiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 105.000 pela VSA, com a subscrição de 105.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação integralizadas na mesma data.

(b) Integralização de capital na investida VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM")

Em 4 de janeiro de 2019, a VGE integralizou aumento de capital, subscrito em 28 de dezembro de 2018, na sua investida VTRM no montante de R\$ 105.917. Os recursos foram utilizados pela VTRM para aquisição de ações adicionais da Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), referente as ações remanescentes da oferta aos empregados.

(c) Aporte de investimento - Pollarix

Em 30 de junho de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, a VSA aportou parcela de seu investimento na Pollarix S.A. ("Pollarix"), na VGE, no montante de R\$ 137.958 e imóvel Fazenda Amola Faca no montante de R\$ 521, mediante aporte de 138.479.014, ações preferenciais, alterando a participação total da VGE na Pollarix, anteriormente de 23,90% para 66,67%.

(d) Dividendos adicionais deliberados pelas investidas

Em 30 de abril de 2019, além dos dividendos mínimos obrigatórios, foram deliberados em Assembleia Geral Ordinária e em reunião de sócios quotistas, dividendos adicionais pelas investidas Pollarix, CBA Energia Participação S.A. ("CBA Energia") e L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda., nos montantes de R\$ 7.374, R\$ 6.935 e R\$ 1.356, respectivamente.

Em 11 de dezembro de 2019, foram deliberados em Assembleia Geral Extraordinária, dividendos a pagar pelas investidas Pollarix e CBA Energia, nos montantes de R\$ 34.286 e R\$ 19.731, respectivamente, sendo pagos em 26 de dezembro de 2019, os valores de R\$ 31.786 e R\$ 18.219, respectivamente.

(e) Oferta Pública de Ações da CESP (“OPA”)

Em 24 de maio de 2019, em virtude da aquisição do controle da CESP pela controlada em conjunto VTRM, foi realizado na B3 o leilão da OPA, no âmbito do qual, em conformidade com os termos, condições e procedimentos previstos no instrumento da OPA, a VTRM adquiriu 1 (uma) ação ON, ao preço de 11,28 reais, e 31 (trinta e uma) ações preferenciais classe B (“PNB”), ao preço de 14,32 reais.

A VTRM passou a deter, direta e indiretamente, 102.091.755 ações ON, representativas de aproximadamente 93,52% do total de ações ON e 28.928.300 ações PNB, representativas de aproximadamente 13,72% do total de ações PNB.

(f) Deliberação e pagamento de dividendos pela VGE

Em 17 de dezembro de 2019, foram deliberados em reunião de Conselho de Administração da VGE, dividendos a pagar contra a conta de reserva de lucros, para a VSA no montante de R\$ 53.500, cujo pagamento ocorreu em 26 de dezembro de 2019.

(g) Alocação do preço de compra da CESP

Em dezembro de 2019, foi concluída a alocação do preço de compra da CESP, pela controlada em conjunto VTRM, conseqüentemente os saldos de Investimento, Patrimônio Líquido e Equivalência patrimonial, sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado na Nota 2.3.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2019, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive compromissos firmes de compra e venda de energia, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Atualmente a Companhia possui participação de 50% na controlada em conjunto VTRM.

(c) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2019	2018		
Votener -Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Prestação de serviços
SF Fifty Six Participações Societária Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Holding

2.3 Reapresentação de cifras comparativas

Conforme detalhado na Nota 1.1(f) das demonstrações financeiras anuais de 2018, em 11 dezembro de 2018 a controlada em conjunto VTRM passou a deter o controle da CESP, mediante aquisição de 40,01% de seu capital.

De acordo com o CPC 15 (R1) – “Combinação de negócios”, em caso de compra vantajosa o adquirente deve reconhecer o ganho resultante, na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, o adquirente deve promover revisão para certificar de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados e reconhecer os mesmos durante a revisão. O adquirente deve ainda rever os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data da aquisição.

Na data da aquisição da CESP, as avaliações necessárias para a alocação do valor pago nos respectivos ativos adquiridos e passivos assumidos não tinham sido finalizadas, sendo que as avaliações preliminares realizadas levaram ao reconhecimento provisório do montante de R\$ 1.025.868, na rubrica de Outros Passivos, no passivo não circulante da VTRM.

Em dezembro de 2019 foi concluída a alocação do preço de aquisição referente a compra da CESP pela VTRM. Logo, o saldo registrado em 2018, à título de “Parcela não alocada”, foi ponderado dos efeitos de mais e menos valia de ativos e passivos e gerou um ganho por compra vantajosa, reconhecido na data da aquisição, no valor de R\$ 607.210, conforme detalhado abaixo:

	VTRM
Mais/ Menos valia de ativos e passivos identificadas no laudo de avaliação independente (40%)	
Ativo imobilizado	75.547
Contrato de concessão	588.370
Passivo "outorga a pagar"	(560.140)
Passivo "contingências não-provisionadas"	(264.160)
Total de Mais/ Menos valia	(160.383)
Efeito tributário (34%)	54.530
Efeito líquido	(105.853)
Apuração da compra vantajosa	
Parcela não alocada em dezembro de 2018	1.025.868
Efeito líquido de mais/ menos valia	(105.853)
Compra vantajosa apurada	920.015
Efeito tributário (34%)	(312.805)
Total compra vantajosa líquida (Efeito em 2018)	607.210
Investimento da VGE na VTRM	50%
Efeito na equivalência patrimonial da VTRM na VGE	303.605

Consequentemente os saldos patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 28 de fevereiro de 2019. As alterações são necessárias para refletir adequadamente os saldos das operações.

Adicionalmente, os saldos relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo e resultado, também foram alteradas em relação aos saldos anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado na Nota 18.

	Controladora			Consolidado		
	Conforme originalmente apresentado	Alocação do preço de compra	Reapresentado	Conforme originalmente apresentado	Alocação do preço de compra	Reapresentado
Ativo						
Investimentos	2.484.607	303.605	2.788.212	2.340.733	303.605	2.644.338
Total do ativo	2.545.502	303.605	2.849.107	3.283.717	303.605	3.587.322
Passivo e patrimônio líquido						
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota	97.099	(52.786)	44.313	106.646	(52.786)	53.860
Total do passivo	171.185	(52.786)	118.399	909.400	(52.786)	856.614
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	186.827	356.391	543.218	186.827	356.391	543.218
Total do patrimônio líquido	2.374.317	356.391	2.730.708	2.374.317	356.391	2.730.708
Total do passivo e patrimônio líquido	2.545.502	303.605	2.849.107	3.283.717	356.391	3.587.322

	Controladora			Consolidado		
	Conforme originalmente apresentado	Alocação do preço de compra	Reapresentado	Conforme originalmente apresentado	Alocação do preço de compra	Reapresentado
Resultado de participações societárias						
Equivalência patrimonial	88.938	303.605	392.543	38.876	303.605	342.481
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição	376.777	303.605	680.382	416.904	303.605	720.509
Imposto de renda e contribuição social						
Diferidos (Nota 18)	(98.593)	52.786	(45.807)	(115.663)	52.786	(62.877)
Lucro líquido do exercício	278.184	356.391	634.575	278.184	356.391	634.575
Quantidade média ponderada de ações - milhares	893.323	893.323	893.323	893.323	893.323	893.323
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais	311,40	398,95	710,35	311,40	398,95	710,35

2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

As alterações das normas existentes a seguir descritas foram publicadas e são obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

3.1 IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”

(i) Principais pontos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

(ii) Impactos

A Companhia e suas controladas realizaram as análises necessárias para identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o enquadramento dos mesmos no conceito da norma e adotou o IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos, onde os ativos e passivos são registrados com mesmo valor no momento inicial, sem qualquer efeito no patrimônio líquido. A Companhia e suas controladas reconheceram montante de R\$ 11.106 referente aos ativos de direito de uso e de passivos com contratos de arrendamento, cujos valores foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos, descontados com base na taxa de empréstimo incremental. A Companhia e suas controladas aplicaram a taxa de juros incremental, ao custo médio das obrigações ativas em 01 de janeiro de 2019 (7,70% a.a.) para todos os arrendamentos.

3.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”

(i) Principais aspectos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, essa interpretação esclarece a forma como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração do CPC 32 – Impostos sobre o Lucro, quando existe incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o lucro. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo por impostos corrente ou diferido aplicando os requisitos do CPC 32 – “Impostos sobre o Lucro”, com base no lucro tributável (perda fiscal), na matéria coletável, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas taxas de imposto determinados em aplicação desta interpretação.

(ii) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas aderiram a norma a partir de sua vigência em 1º de janeiro de 2019, no entanto, com base no entendimento realizado pela Administração, não há impacto material na contabilização de posições incertas sobre os impostos sobre o lucro em razão da adoção desta nova interpretação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber de clientes (Nota 9)
- (ii) Instrumentos financeiros – compromisso firme (Nota 12)
- (iii) Imobilizado (Nota 14)
- (iv) Intangível (Nota 15)
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)
- (vi) Provisões (Nota 20)

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas são expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da VSA, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas adotam política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Companhia e suas controladas.

(c) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Controladora		
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Arrendamento mercantil	2.049	3.928	5.977
Fornecedores	2.995		2.995
	<u>5.044</u>	<u>3.928</u>	<u>8.972</u>
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	2.810		2.810
	<u>2.810</u>		<u>2.810</u>

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019				
Arrendamento mercantil	3.450	6.620	836	10.906
Fornecedores	270.798			270.798
Partes relacionadas	125.381			125.381
	<u>399.629</u>	<u>6.620</u>	<u>836</u>	<u>407.085</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	272.284			272.284
Partes relacionadas	112.733			112.733
	<u>385.017</u>			<u>385.017</u>

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

Instrumento financeiro - compromisso firme - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

		Valor justo medido com base em				Cont roladora	
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)		suportada por preços observáveis (Nível 2)		Valor justo	
	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos							
Caixa e equivalente de caixa	8	62.150	49.278			62.150	49.278
Consolidado							
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)		suportada por preços observáveis (Nível 2)		Valor justo	
	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	8	101.499	120.902			101.499	120.902
Instrumento financeiro - compromisso firme	12			29.267	85.630	29.267	85.630
		101.499	120.902	29.267	85.630	130.766	206.532
Passivo							
Instrumento financeiro - compromisso firme	12			54.341	43.656	54.341	43.656

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa e de compromisso firme – energia elétrica são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as Políticas Financeiras da VSA.

Os cenários em 31 de dezembro de 2019 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2020;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
BRL- CDI	61.881	BRL mil	- 16 bps	(99)	(681)	(1.361)	681	1.361	

					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Principal de instrumentos financeiros - compromisso firme	Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
BRL- CDI	100.975		BRL mil	- 16 bps	(162)	(1.111)	(2.221)	1.111	2.221
Compromisso firme - energia elétrica									
Contratos de compra e venda - valor justo		(25.074)	BRL mil			(163)	(333)	156	306

5.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode propor para aprovação do Conselho de Administração, a revisão do valor dos dividendos a serem pagos, a devolução do capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou a venda de ativos.

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem, exceto Instrumentos financeiros – Compromisso firme, que é apresentado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros.

Instrumento financeiro – compromisso firme

A controlada Votener realiza operações de compra e venda de energia para atender a demanda de investidas da VSA e do mercado. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos financeiros” e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nota	Cont roladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	9	2.056	331	448.735	444.784
Partes relacionadas	11			27.122	233.514
		<u>2.056</u>	<u>331</u>	<u>475.857</u>	<u>678.298</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	8	62.150	49.278	101.499	120.902
Instrumentos financeiros - compromisso firr	12			29.267	85.630
		<u>62.150</u>	<u>49.278</u>	<u>130.766</u>	<u>206.532</u>
Passivo					
Ao custo amortizado					
Arrendamento mercantil	16 (b)	5.627		8.443	
Fornecedores	17	2.995	2.810	270.798	272.284
Partes relacionadas	11			125.381	112.733
		<u>8.622</u>	<u>2.810</u>	<u>404.622</u>	<u>385.017</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros - compromisso firr	12			54.341	43.656

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas:

	Cont roladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa				
AAA	62.139	49.268	101.457	120.880
AA+	3	1	12	8
AA	8	9	27	14
AA-			3	
	<u>62.150</u>	<u>49.278</u>	<u>101.499</u>	<u>120.902</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's e Fitch Ratings.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional				
Caixa e bancos	269	175	524	242
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	11.121		11.121	
Quotas de fundos de investimentos	50.760	49.103	89.854	120.660
	<u>62.150</u>	<u>49.278</u>	<u>101.499</u>	<u>120.902</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem a um fundo exclusivo da Votorantim. O controle das operações deste fundo exclusivo é feito pela tesouraria da VSA, e as operações são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e títulos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas - Títulos públicos	48.160	27.652	85.252	67.948
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.600	21.451	4.602	52.712
	<u>50.760</u>	<u>49.103</u>	<u>89.854</u>	<u>120.660</u>

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas estimadas de crédito para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Ainda assim, mensalmente a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

(a) Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Clientes nacionais				279.962	285.219
Créditos a receber com a CCEE				27.610	55.224
Partes relacionadas	11	2.056	331	141.163	104.786
		2.056	331	448.735	445.229
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa					(445)
		2.056	331	448.735	444.784

Clientes nacionais e partes relacionadas são representados, substancialmente, por contas a receber negociados pela Companhia e suas controladas no ambiente de comercialização livre. Normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Créditos a receber com a CCEE decorrem do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas e custo apurados mensalmente por meio das exposições energéticas (diferença entre volume comprado e vendido), podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	2.045		423.661	393.737
Vencidos até 3 meses		320	25.058	51.274
Vencidos entre 3 a 6 meses			5	122
Vencidos há mais de 6 meses	11	11	11	96
	2.056	331	448.735	445.229

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL.

No caso das vendas no mercado livre, após o vencimento, há a incidência de multa sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, incluindo também juros de mora.

(c) **Qualidade dos créditos de contas a receber “a vencer”**

	Consolidado	
	2019	2018
Risco médio	55.429	89.421
Risco baixo	368.232	304.316
	<u>423.661</u>	<u>393.737</u>

Os valores citados acima referem-se a itens de clientes nacionais e partes relacionadas, não vencidos e não *impaired*.

A qualidade dos riscos de crédito é definida conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia.

Risco médio - clientes onde não é possível fazer uma avaliação de crédito satisfatória, porém com alto vínculo regulatório e liquidação ao mercado de curto prazo (CCEE).

Risco baixo - clientes com uma avaliação de crédito satisfatória dentro dos limites definidos pela política aprovada pela Administração da Companhia.

10 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - IRPJ e CSLL	1.293	1.504	2.214	10.086
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			430	405
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	71		75	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)			4.860	
Programa de Integração Social - PIS (i)			1.160	
Outros			34	34
	<u>1.364</u>	<u>1.504</u>	<u>8.773</u>	<u>10.525</u>
Circulante	1.364	1.504	8.343	10.120
Não circulante			430	405
	<u>1.364</u>	<u>1.504</u>	<u>8.773</u>	<u>10.525</u>

(i) Recuperação de crédito de PIS/COFINS sobre contratos de intermediação de energia.

11 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(a) Controladora

	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Dividendos a pagar		Vendas e serviços	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedade controladora								
Votorantim S.A.					77.477	58.844		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto								
CBA Energia Participações S.A.			1.513	2.312				
Companhia Brasileira de Alumínio	1.208	322					19.817	19.550
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.			1.356					
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.							926	
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.							854	
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.							896	
Votener								7.782
Nexa Recursos Minerais S.A.	9	9						2.813
Pollarix S.A.			2.500	2.458				
Votorantim Cimentos N/ NE S.A.	200						2.442	2.354
VTRM Energia Participações S.A.	639		65.455	3.866			12.009	
	<u>2.056</u>	<u>331</u>	<u>70.824</u>	<u>8.636</u>	<u>77.477</u>	<u>58.844</u>	<u>36.944</u>	<u>32.499</u>

(b) Consolidado

	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo circulante e não circulante		Passivo circulante e não		Dividendos a pagar	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedade controladora										
Votorantim S.A.							801	283	77.477	58.844
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto										
Baesa- Energética Barra Grande S.A.	1.161	1.161								
Campos Novos Energia S.A.	7.421	765								
CBA Energia Participações S.A.	6.995		1.512	2.312			6.653			
Citrosuco S.A. Agroindústria	71	71								
Citrovita Agroindustrial	4.281	2.500					116			
Companhia Brasileira de Alumínio	83.481	79.691			27.122	233.514	107.457	80.656		
Companhia Energética de São Paulo	2.121						3.955			
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	1.189						1.202			
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	1.192									
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	1.312									
Metalex Ltda.	188	2.173								
Nexa Recursos Minerais S.A	2.300	1.612								
Pollarix S.A.			2.500	2.458						
Santa Cruz Geração de Energia S.A.							3.709	3.586		
Fibra Celulose S.A. (atualmente Suzano S.A.)		1.551						13.240		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	21						236	1.724		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	26						77	1.711		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	25						178	1.718		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	25						264	1.734		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	6	26					10	244		
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	9	41					17	383		
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	10	44					19	413		
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	6	30					10	279		
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	22	22					10	205		
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	8	36					15	344		
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	8	33					14	311		
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	9	47					16	443		
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	101	31					5	296		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	22						354	1.801		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	9						181	1.665		
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	24						62	1.697		
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	11						20			
Votorantim Cimentos N/ NE S.A.	8.362	1.210								
Votorantim Cimentos S.A.	19.921	13.742								
VTRM Energia Participações S.A.	826		65.455	3.866						
	<u>141.163</u>	<u>104.786</u>	<u>69.467</u>	<u>8.636</u>	<u>27.122</u>	<u>233.514</u>	<u>125.381</u>	<u>112.733</u>	<u>77.477</u>	<u>58.844</u>
Circulante	141.163	104.786	69.467	8.636	27.122	222.621	125.381	112.733	77.477	58.844
Não circulante						10.893				
	<u>141.163</u>	<u>104.786</u>	<u>69.467</u>	<u>8.636</u>	<u>27.122</u>	<u>233.514</u>	<u>125.381</u>	<u>112.733</u>	<u>77.477</u>	<u>58.844</u>

	Vendas e serviços		Compras		Receita financeira	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedade controladora						
Votorantim S.A.				3.138		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Baes- Energética Barra Grande S.A.	25.058	29.054	57.118			
Campos Novos Energia S.A.	80.669	9.789				
CBA Energia Participações S.A.	6.996					
Citrosuco S.A. Agroindústria	37.896	23.406				
Citrovit Agroindustrial	1.805					
Companhia Brasileira de Alumínio	1.033.525	1.024.490	1.219.439	1.101.140	90.625	90.625
Companhia Energética de São Paulo	12.588		45.059	4.534		
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	6.907	122	12.950			
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	12.861		124			
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	8.688					
Metalex Ltda.		1.159				
Nexa Recursos Minerais S.A.	15.489	39.996				
Santa Cruz Geração de Energia S.A.			1.267			
Fibra Celulose S.A. (atualmente Suzano S.A.)		33.114		2.695		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	103	2.089	3.612	1.627		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	203	1.509	863	1.821		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	129	2.038	1.940	1.563		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	183	2.065	2.864	1.564		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	111	26	704	358		
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	110	41	669	325		
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	152	44	938	382		
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	163	30	1.076	233		
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	164	22	149	201		
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	109	36	680	292		
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	71	33	402	268		
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	213	47	1.418	811		
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	711	31	97	3.610		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	120	1.558	5.445	1.779		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	133	1.574	2.226	1.511		
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	196	2.193	710	1.578		
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	216		1.090			
Votorantim Cimentos N/ NE S.A.	34.850	55.993	16.986	12.336		
Votorantim Cimentos S.A.	273.087	263.542				
VTRM Energia Participações S.A.	14.287	1.830				
	1.567.793	1.495.831	1.377.826	1.141.766	90.625	90.625

12 Instrumentos financeiros – compromisso firme

A controlada Votener opera no ACR e participou do 13º leilão de compra de energia elétrica realizado em 30 de abril de 2014 (“Leilão A-0/ 2014”), no qual, mediante compromisso firme, efetuou vendas para fornecimento até dezembro de 2019.

Estas transações resultaram em ganho com venda de excedente de energia para a Votener, que foi reconhecido pelo seu valor justo na data da transação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, totalizou despesa no montante de R\$ 31.051, tendo como contrapartida o reconhecimento das receitas de venda pela realização destes contratos. Adicionalmente, devido a migração de certos clientes do mercado regulado para o mercado livre foi reconhecida uma reversão do ganho inicial no montante de R\$ 1.484. Estes valores foram contabilizados como perda na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 24).

As demais operações realizadas pela Votener até 2022 no ACL, foram da mesma forma reconhecidas ao valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a realização do valor justo resultou na despesa de R\$ 80.619, tendo como contrapartida o reconhecimento das receitas de venda pela entrega física da energia. Adicionalmente, a nova posição na data do balanço, decorrente da entrada de novos contratos de compras e venda, resultou em ganho de R\$ 46.106. Estes valores foram contabilizados como perda na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 24).

	2019			2018		
	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total
Realização	(31.051)	(80.619)	(111.670)	(34.126)	(40.690)	(74.816)
Reconhecimento		46.106	46.106		118.390	118.390
Reversão	(1.484)		(1.484)	400		400
	<u>(32.535)</u>	<u>(34.513)</u>	<u>(67.048)</u>	<u>(33.726)</u>	<u>77.700</u>	<u>43.974</u>

	2019			2018		
	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total
Ativo						
Circulante				32.535	53.095	85.630
Não circulante		29.267	29.267			
		29.267	29.267	32.535	53.095	85.630
Passivo						
Circulante		(54.341)	(54.341)			
Não circulante					(43.656)	(43.656)
		(54.341)	(54.341)		(43.656)	(43.656)
Saldo líquido		<u>(25.074)</u>	<u>(25.074)</u>	<u>32.535</u>	<u>9.439</u>	<u>41.974</u>

13 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(i) *Impairment de investimentos*

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia utiliza critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(ii) *Impairment de ágio*

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2019				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2019	2018	2019	2018
						Reapresentado (Nota 2.3)		Reapresentado (Nota 2.3)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	110.923	(30.931)	100,00	100,00	(30.931)	57.456	110.923	141.854
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	2.362	1.691	100,00	100,00	1.691	1.428	2.362	2.028
SF Fifty Six Participações Societária Ltda	50	(53)	100,00	100,00	(53)	2	50	102
Coligadas								
CBA Energia Participações S.A. (i)	278.182	43.800	66,67		30.035	10.870	185.907	182.113
Pollarix S.A. (ii)	332.189	88.710	66,67		54.648	10.675	221.574	70.842
Joint ventures								
VTRM Energia Participações S.A. (iii)	3.832.325	551.217	50,00	50,00	271.391	312.112	2.056.756	1.843.890
Ágios								
Pollarix S.A.							231.135	231.135
CBA Energia Participações S.A.							316.248	316.248
					<u>326.781</u>	<u>392.543</u>	<u>3.124.955</u>	<u>2.788.212</u>

Consolidado								
	Informações em 31 de dezembro de 2019				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2019	2018	2019	2018
					Reapresentado (Nota 2.3)		Reapresentado (Nota 2.3)	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
<i>Coligadas</i>								
CBA Energia Participações S.A. (i)	278.182	43.800	66,67		30.035	10.870	185.907	182.113
Pollarix S.A. (ii)	332.189	88.710	66,67		54.648	10.675	221.574	70.842
<i>Joint venture</i>								
VTRM Energia Participações S.A. (iii)	3.832.325	551.217	50,00	50,00	271.391	327.652	2.056.756	1.843.890
Esplanada Geração de Energia Ltda.			50,00	50,00		(6.716)		
Outros investimentos							110	110
<i>Ágios</i>								
Pollarix S.A.							231.135	231.135
CBA Energia Participações S.A.							316.248	316.248
					<u>356.074</u>	<u>342.481</u>	<u>3.011.730</u>	<u>2.644.338</u>

(i) O resultado de equivalência patrimonial e investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2019, devido ao cálculo de equivalência patrimonial que considera a desproporcionalidade dos dividendos, conforme o art. 5º, parágrafo 2º do estatuto social da CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as ações preferenciais.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial e investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2019, devido ao cálculo de equivalência patrimonial que considera a desproporcionalidade dos dividendos, conforme o art. 5º, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Pollarix, que determina o pagamento de dividendos 25% superior para as ações preferenciais e decorrente do aporte de investimento.

(iii) O investimento VTRM, em 31 de dezembro de 2019, não concilia com o patrimônio líquido da investida por considerar o montante de R\$ 140.593 registrado quando do ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM.

(b) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são pré impostos e refletem riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

Em relação as premissas, os preços utilizados nos fluxos de caixa descontados foram baseados na curva de preços divulgada pela “Decid” (empresa dedicada ao desenvolvimento de soluções de informação, processamento e modelagem quantitativa para o setor de energia elétrica). A taxa de desconto aplicada no teste de *impairment* corresponde ao custo médio ponderado de capital da Companhia. As UGCs testadas foram:

Baesa – Energética Barra Grande S.A.

Enercan – Campos Novos Energia S.A.

L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

Não identificamos a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ágios por expectativa de rentabilidade futura.

(c) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019											
	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado operacional	Resultado não operacional	Receitas financeiras	Resultado de equivalência patrimonial	Lucro líquido do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial												
VTRM Energia Participações S.A.	50,00	50,00	76.799	3.930.049	(7.165)	(167.358)	(3.832.325)	(37.254)	(44)	1.750	692.516	618.973
Pollarix S.A.	66,67		34.464	310.539	(12.814)		(332.189)	(21.523)		732	109.501	88.710
CBA Energia Participações S.A.	66,67		46.536	259.498	(27.852)		(278.182)	(15.117)		1.071	59.821	43.800

	2018											
	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado operacional	Resultado não operacional	Receitas (despesas) financeiras	Resultado de equivalência patrimonial	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial												
VTRM Energia Participações S.A.	50,00	50,00	25.714	3.633.479	(115.875)	(145.137)	(3.398.181)	18.162		1.790	(52.505)	32.553
Pollarix S.A.	23,90		39.831	278.811	(16.843)		(301.799)	29.317	(4)	(605)	(43.197)	14.490
CBA Energia Participações S.A.	66,67		51.463	240.788	(19.082)		(273.170)	33.779		(235)	(49.181)	15.636

(d) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Saldo no início do exercício	2.788.212	1.212.762	2.644.338	628.303
Equivalência patrimonial	326.781	392.543	356.074	342.481
Aporte de investimento Pollarix (Nota 1.1 (c))	138.479		138.479	
Integralização de capital da VTRM (Nota 1.1 (b))	105.917	54.324	105.917	
Ajuste de avaliação patrimonial de benefícios a empregados e instrumentos financeiros derivativos da CESP, reflexo na VTRM	(102.640)		(102.640)	
Dividendos deliberados pela Pollarix (Nota 1.1 (d))	(41.660)	(9.027)	(41.660)	(9.027)
Dividendos deliberados pela CBA Energia (Nota 1.1 (d))	(26.666)	(2.449)	(26.666)	(2.449)
Amortização do ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM		(2.454)		(2.454)
Dividendos revertidos (deliberados) pela VTRM	3.866	(3.866)	3.866	(3.866)
Dividendos obrigatórios deliberados pela VTRM	(65.455)		(65.455)	
Dividendos deliberados pela L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Nota 1.1 (d))	(1.356)			
Redução de capital social	(521)		(521)	
Aumento de capital da VTRM - Aquisição da CESP		866.476		866.476
Aumento de capital da L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.		600		600
Aumento de capital da SF Fifty Six Participações Societárias Ltda.		100		100
Dividendos deliberados pela Votener		(75.000)		
Ajuste de investimentos pela desconsolidação da VTRM				508.834
Ágio reflexo na emissão de ações e ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM		302.508		147.254
Ágio na aquisição de ações da CBA Energia		111.070		111.070
Compra de ações preferenciais da CBA Energia		60.430		60.430
Redução de capital da Votener		(120.000)		
Outros	(2)	195	(2)	(3.414)
Saldo no final do exercício	<u>3.124.955</u>	<u>2.788.212</u>	<u>3.011.730</u>	<u>2.644.338</u>

14 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados, ao menos, anualmente para identificar a necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido impactados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não identificamos a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

						2019	2018
	Terras, terrenos e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	8.627	834	28	1.886	25.470	36.845	1.255.063
Depreciação acumulada		(638)	(5)	(346)		(989)	(13.521)
Saldo líquido	8.627	196	23	1.540	25.470	35.856	1.241.542
Adições	521				2.891	3.412	8.223
Depreciação		(161)	(101)	(377)		(639)	(24.604)
Efeito de controladas excluídas na consolidação							(1.188.960)
Redução de capital	(521)					(521)	
Transferências (i)			1.966		(5.141)	(3.175)	(345)
Saldo final	8.627	35	1.888	1.163	23.220	34.933	35.856
Custo	8.627	834	1.994	1.886	23.220	36.561	36.845
Depreciação acumulada		(799)	(106)	(723)		(1.628)	(989)
Saldo líquido no final do exercício	8.627	35	1.888	1.163	23.220	34.933	35.856
Taxas médias anuais de depreciação - %		20	10	20			

(i) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” para a classe de “Móveis e utensílios” do imobilizado, bem como a classe de “Softwares” do intangível.

(b) Obras em andamento

	Consolidado	
	2019	2018
Projeto Corumbá - GO (i)	20.355	19.495
Projetos de tecnologia da informação (ii)	2.865	4.209
Mudança do centro corporativo - SP		1.766
	<u>23.220</u>	<u>25.470</u>

(i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a controlada Votener venceu a disputa de 11 PCHs. As 11 PCHs totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada.

(ii) Os projetos de TI visam a automatização e ganho de produtividade em processos da controlada Votener, com a implementação de novas tecnologias voltadas ao relacionamento com o cliente, planejamento financeiro, *Big Data*, entre outras.

15 Intangível

Política contábil

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado	
	2019	2018
	Softwares	Total
Saldo no início do exercício		
Custo	1.138	45.555
Amortização acumulada	(478)	(2.538)
Saldo líquido	<u>660</u>	<u>43.017</u>
Efeito de controladas excluídas na consolidação		(42.417)
Amortização	(1.444)	(285)
Transferências (i)	3.175	345
Saldo final	<u>2.391</u>	<u>660</u>
Custo	4.313	1.138
Amortização acumulada	(1.922)	(478)
Saldo líquido no final do exercício	<u>2.391</u>	<u>660</u>
Taxa média anual de amortização - %	20	

(i) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado.

16 Arrendamento mercantil

Conforme Nota 3.1.1, a Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento técnico IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, com aplicação prospectiva.

(a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Cont roladora		Consolidado	
	2019		2019	
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Veículos	Total
Adoção inicial		10.683	423	11.106
Amortização	(303)	(2.670)	(130)	(2.800)
Transferência (i)	5.900			
Saldo final	5.597	8.013	293	8.306
Custo	5.900	10.683	423	11.106
Amortização acumulada	(303)	(2.670)	(130)	(2.800)
Saldo líquido do ativo no final do exercício	5.597	8.013	293	8.306
Taxas médias anuais de amortização - %	26	26	31	

(b) Arrendamentos

	Cont roladora		Consolidado	
	2019		2019	
Adoção inicial				11.106
Liquidações		(342)		(3.241)
Ajuste a valor presente		69		702
Transferência (i)		5.900		
Baixa				(124)
Saldo no final do exercício		5.627		8.443
Passivo circulante		1.969		3.315
Passivo não circulante		3.658		5.128
		5.627		8.443

- (i) Em novembro de 2019 a controlada Votener realizou a transferência de contrato de aluguel de imóvel para a VGE, com reconhecimento nos grupos de “Direito de uso sobre contratos de arrendamento” e “Arrendamento mercantil”.

(c) Perfil de vencimento

	Cont roladora				Total
	2020	2021	2022	2023	
Real	1.969	1.828	1.830		5.627
	1.969	1.828	1.830		5.627

	Consolidado				Total
	2020	2021	2022	2023	
Real	3.315	2.432	2.080	616	8.443
	3.315	2.432	2.080	616	8.443

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	2.995	2.810	270.798	272.284
Partes relacionadas			125.381	112.733
	<u>2.995</u>	<u>2.810</u>	<u>396.179</u>	<u>385.017</u>

18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Conforme detalhado na Nota 1.1(d) das demonstrações financeiras anuais de 2018 a Companhia e o CPPIB deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital na investida VTRM no montante de R\$ 49.324 e R\$ 663.832, respectivamente, mediante emissão de 25.689.110 e 345.737.110 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$ 1,92 por ação. Considerando o preço de emissão de R\$ 1,92, a operação gerou incremento reflexo do investimento no montante de R\$ 155.254, que foi reconhecido na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Ao longo de 2019, a Companhia reviu a operação de aumento de capital na investida VTRM efetuada em 2018, a qual gerou incremento reflexo do investimento no montante de R\$ 155.254, reconhecido na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", e decidiu reapresentar o saldo de IRPJ e CSLL diferidos de 2018, considerando que esse valor não gera uma diferença temporária tributável, de acordo com a legislação vigente e o

CPC 32 (tributos sobre o lucro), refletido em excesso. Logo, o valor de R\$ 52.786 foi ajustado e é demonstrado na reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL como um ajuste permanente.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	325.399	680.382	315.251	720.509
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(110.636)	(231.330)	(107.185)	(244.973)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Incentivo fiscal	32		284	461
Subvenção para investimento - FINOR				321
Equivalência patrimonial	111.106	133.465	121.065	116.444
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de crédito fiscal difer			(18)	
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido			203	(7.802)
Ganho não tributável, reflexo da investida VTRM		52.786		52.786
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	317	(728)	(3.382)	(3.171)
IRPJ e CSLL apurados	819	(45.807)	10.967	(85.934)
Correntes	(956)		(13.885)	(23.057)
Diferidos	1.775	(45.807)	24.852	(62.877)
IRPJ e CSLL no resultado	819	(45.807)	10.967	(85.934)
Taxa efetiva %	(0,25%)	6,73%	(3,48%)	11,93%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.791	2.224	1.811	2.224
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas			451	818
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa				151
Provisão de participação no resultado - PPR	3.462	2.695	7.918	6.450
Instrumento financeiro - compromisso firme			8.525	(14.271)
Outros créditos	10		88	
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM	(47.801)	(49.232)	(47.801)	(49.232)
Impostos diferidos líquidos	(42.538)	(44.313)	(29.008)	(53.860)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica			13.530	
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(42.538)	(44.313)	(42.538)	(53.860)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Saldo no início do exercício	(44.313)	1.494	(53.860)	9.017
Efeito no resultado	1.775	(45.807)	24.852	(62.877)
Saldo no final do exercício	(42.538)	(44.313)	(29.008)	(53.860)

19 Receita diferida – obrigação por performance

Política contábil

A receita diferida, oriunda da antecipação de recebíveis com instituições financeiras, representa uma obrigação que a controlada Votener tem de entregar fisicamente a energia elétrica já vendida aos clientes e consequentemente repassar a instituição financeira o valor recebido pela venda de energia. A obrigação é realizada mensalmente, após a transferência da energia ao cliente e consequente repasse financeiro a instituição financeira.

	Consolidado	
	2019	2018
Circulante	31.782	243.359
Não circulante		29.071
	<u>31.782</u>	<u>272.430</u>

Em dezembro de 2014, a controlada Votener cedeu a uma instituição financeira os direitos creditórios com vencimento até dezembro de 2019 decorrentes de alguns contratos de CCEAR equivalentes ao montante de R\$ 1.252.951, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da Votener. Pela cessão dos direitos creditórios a Votener recebeu o valor total de R\$ 904.926, sendo que os juros a apropriar da operação foram reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

Em maio de 2015, a controlada Votener realizou a segunda operação de cessão de créditos, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da controlada, no valor total de R\$ 367.583. Pela cessão dos direitos creditórios a controlada recebeu o montante total de R\$ 251.222, sendo que os juros a apropriar da operação são reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

20 Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável.

Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(a) **Composição e movimentação**

	2019				Consolidado
					2018
	Processos judiciais				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	49	2.313	43	2.405	23.149
Atualização monetária		108	1	109	133
Reversões		(1.124)		(1.124)	
Liquidações	(49)	(16)		(65)	
Efeito de controladas excluídas da consolidação					(20.877)
Saldo no final do exercício		1.281	44	1.325	2.405

(b) **Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não há processos com probabilidade de perda avaliada como possível nos quais a Companhia e suas controladas estejam envolvidas.

21 Patrimônio líquido

Política contábil

Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

(a) **Capital social**

Em 4 de janeiro de 2019, a VSA realizou aporte de capital no montante de R\$ 105.000 na Companhia, conforme nota 1.1 (a).

Em 30 de abril de 2019, conforme decisão dos acionistas, foram revertidos os dividendos obrigatórios da VGE, no montante de R\$ 58.844.

Em 30 de junho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a VSA aportou parcela de seu investimento na Pollarix S.A. e do imóvel Fazenda Amola Faca, na VGE, no montante de R\$ 138.479, conforme nota 1.1 (c).

Em 30 de setembro de 2019, a VSA reduziu capital da VGE no montante de R\$ 521, por meio da cisão do imóvel Fazenda Amola Faca.

Em 17 de dezembro de 2019, foram deliberados em reunião de Conselho de Administração da VGE, dividendos a pagar contra a conta de reserva de lucros, para a VSA no montante de R\$ 53.500, cujo pagamento ocorreu em 26 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 2.430.448 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.187.490), composto por 2.292.490.305 ações ordinárias (31 de dezembro de 2018 – 2.187.490.000).

(b) **Distribuição de lucros**

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

(c) Lucro básico e diluído por ação

É calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores pela quantidade de ações em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

	2019
Lucro líquido do exercício	326.218
Reserva legal - 5%	(16.311)
Base de cálculo dos dividendos	309.907
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	77.477
Total dos dividendos propostos	77.477
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	2.430.448
Dividendos por ação em reais	0,03

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ (102.640) em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e instrumentos financeiros derivativos, da controlada em conjunto VTRM que detêm investimento da CESP.

22 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado.

O IFRS 15 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e sua adoção pela Companhia não resultou em quaisquer alterações no prazo ou valor de reconhecimento de receita segundo o modelo IFRS 15 em comparação com a receita que seria reportada na IAS 18 “Receita”.

Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da controlada Votener são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada Votener (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a controlada Votener.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta				
Venda de energia elétrica			4.697.987	4.974.469
Venda de serviços	36.944	32.499	44.460	30.048
	36.944	32.499	4.742.447	5.004.517
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções	(5.102)	(4.631)	(513.363)	(548.899)
Receita líquida	31.842	27.868	4.229.084	4.455.618

As receitas da Companhia e suas controladas são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

23 Abertura do resultado por natureza

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Despesas com benefícios a empregado	24.709	1.129	25.838	20.718		20.718
Serviços de terceiros		3.888	3.888		18.439	18.439
Impostos e taxas		1.658	1.658		1.434	1.434
Depreciação, amortização e exaustão		303	303			
Outras despesas		3.817	3.817		1.751	1.751
	24.709	10.795	35.504	20.718	21.624	42.342

	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo com suprimento de energia	4.078.131	176	4.078.307	4.225.331	112	4.225.443
Despesas com benefícios a empregado	24.709	49.972	74.681	21.108	43.966	65.074
Serviços de terceiros		22.962	22.962	6.816	32.549	39.365
Depreciação, amortização e exaustão		4.883	4.883	26.541	801	27.342
Aluguéis e arrendamentos	37	1.453	1.490	1.966	3.224	5.190
Impostos e taxas	2	2.312	2.314		1.180	1.180
Seguros				522		522
Materiais				254		254
Outras despesas		12.354	12.354		12.387	12.387
	4.102.879	94.112	4.196.991	4.282.538	94.219	4.376.757

(a) Despesas de benefícios a empregados

Política contábil

Participação dos empregados no resultado

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração direta	17.611	14.295	48.959	42.587
Encargos sociais	6.507	4.961	19.532	16.840
Benefícios	1.720	1.462	6.190	5.647
	25.838	20.718	74.681	65.074

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Instrumentos financeiros - compromisso firme (i)			(67.048)	43.974
Recuperação de créditos de PIS/COFINS (ii)			10.708	
Reversão de provisões judiciais			1.122	
Valor justo na perda de controle de investidas e ágio reflexo na emissão de ações da VTRM		300.054		300.054
Reversão para perda com incobráveis				6.976
Benefícios fiscais de investimento - FINOR				943
Outras despesas líquidas	(14)		(1.151)	(6.719)
	(14)	300.054	(56.369)	345.228

(i) A realização do instrumento financeiro é em contrapartida a receita de venda (Nota 12).

(ii) Recuperação de crédito de PIS/COFINS sobre contratos de intermediação de energia.

25 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se da taxa de juros efetiva.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 11)			90.625	90.625
Receita de aplicações financeiras	2.997	3.439	7.292	16.437
Juros sobre ativos financeiros	111	62	1.522	1.274
Descontos obtidos		2	12	5
	3.108	3.503	99.451	108.341
Despesas financeiras				
Juros sobre receita diferida - obrigação por performance			(98.927)	(98.927)
Juros sobre empréstimos e financiamentos				(32.070)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(145)	(163)	(4.609)	(4.909)
Comissões sobre operações financeiras		(332)	(126)	(449)
Encargos sobre operações de descontos			(9.241)	(11.211)
Outras despesas financeiras, líquidas	(668)	(749)	(3.095)	(6.836)
	(813)	(1.244)	(115.998)	(154.402)
	2.295	2.259	(16.547)	(46.061)

26 Benefícios de plano de pensão

A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

27 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

28 Informações suplementares, segmentos de negócios

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por segmentos operacionais e reportáveis, utilizados para tomada de decisão, e regularmente revisados pelo pelo “*Chief Operating Decision Maker*” (CODM) definido como sendo o “*Chief Executive Officer*” (CEO) que são segregados pelas seguintes linhas de áreas de atuação:

1. Comercialização;
2. *Holding* e prestação de serviços;
3. Geração.

As informações a seguir referem-se à abertura da VGE por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pela *holding*.

Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VGE, divulgadas como informações suplementares.

Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pela IFRS.

(a) Balanço patrimonial – Segmentado de negócio

					2019
					<i>Holdings e</i>
	Geração	Comercialização	prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		37.631	63.868		101.499
Contas a receber de clientes		444.602	4.133		448.735
Tributos a recuperar		6.964	1.379		8.343
Dividendos a receber			69.467		69.467
Partes relacionadas		27.122			27.122
Outros ativos		22.250	909		23.159
		<u>538.569</u>	<u>139.756</u>		<u>678.325</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar		430			430
Instrumentos financeiros - compromisso firme		29.267			29.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.530			13.530
Outros ativos		10	330		340
		<u>43.237</u>	<u>330</u>		<u>43.567</u>
Investimentos	3.011.620	109	110.947	(110.946)	3.011.730
Imobilizado		34.244	689		34.933
Intangível		2.391			2.391
Direito de uso de ativos		4.071	4.235		8.306
	<u>3.011.620</u>	<u>84.052</u>	<u>116.201</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.100.927</u>
Total do ativo	<u>3.011.620</u>	<u>622.621</u>	<u>255.957</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.779.252</u>
					2019
					<i>Holdings e</i>
	Geração	Comercialização	prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Arrendamentos a pagar		1.346	1.969		3.315
Fornecedores		267.778	3.020		270.798
Salários e encargos sociais		11.021	9.010		20.031
Tributos a recolher		8.250	1.322		9.572
Partes relacionadas		125.381			125.381
Instrumentos financeiros - compromisso firme		54.341			54.341
Receita diferida - obrigação por performance		31.782			31.782
Dividendos a pagar			77.477		77.477
Outros passivos		918	720		1.638
		<u>500.817</u>	<u>93.518</u>		<u>594.335</u>
Não circulante					
Arrendamentos a pagar		2.832	2.296		5.128
Provisões		1.325			1.325
Imposto de renda e contribuição social			42.538		42.538
Outros passivos		6.701	4.114		10.815
		<u>10.858</u>	<u>48.948</u>		<u>59.806</u>
Total do passivo		<u>511.675</u>	<u>142.466</u>		<u>654.141</u>
Total do patrimônio líquido	<u>3.011.620</u>	<u>110.946</u>	<u>113.491</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.125.111</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.011.620</u>	<u>622.621</u>	<u>255.957</u>	<u>(110.946)</u>	<u>3.779.252</u>

2018					
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		69.363	51.539		120.902
Contas a receber de clientes		444.337	443	4	444.784
Tributos a recuperar		8.616	1.504		10.120
Dividendos a receber			8.636		8.636
Instrumentos financeiros - compromisso firme		85.630			85.630
Partes relacionadas		222.621			222.621
Outros ativos		1.363	699		2.062
		<u>831.930</u>	<u>62.821</u>	<u>4</u>	<u>894.755</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar		405			405
Partes relacionadas		10.776	122	(5)	10.893
Outros ativos			415		415
		<u>11.181</u>	<u>537</u>	<u>(5)</u>	<u>11.713</u>
Investimentos	2.644.228	109	141.855	(141.854)	2.644.338
Imobilizado		35.856			35.856
Intangível		660			660
	<u>2.644.228</u>	<u>47.806</u>	<u>142.392</u>	<u>(141.859)</u>	<u>2.692.567</u>
Total do ativo	<u>2.644.228</u>	<u>879.736</u>	<u>205.213</u>	<u>(141.855)</u>	<u>3.587.322</u>

2018					
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		269.471	2.814	(1)	272.284
Salários e encargos sociais		12.409	7.093		19.502
Tributos a recolher		9.799	1.869		11.668
Dividendos a pagar			58.844		58.844
Partes relacionadas		112.733			112.733
Receita diferida - obrigação por performance		243.359			243.359
Outros passivos		2.406	676		3.082
		<u>650.177</u>	<u>71.296</u>	<u>(1)</u>	<u>721.472</u>
Não circulante					
Provisões		2.405			2.405
Instrumentos financeiros - compromisso firme		43.656			43.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.547	44.313		53.860
Receita diferida - obrigação por performance		29.071			29.071
Outros passivos		3.026	3.124		6.150
		<u>87.705</u>	<u>47.437</u>		<u>135.142</u>
Total do passivo		<u>737.882</u>	<u>118.733</u>	<u>(1)</u>	<u>856.614</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.644.228</u>	<u>141.854</u>	<u>86.480</u>	<u>(141.854)</u>	<u>2.730.708</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.644.228</u>	<u>879.736</u>	<u>205.213</u>	<u>(141.855)</u>	<u>3.587.322</u>

(b) Demonstração do resultado – Segmentado de negócio

	2019				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestado		4.192.510	36.574		4.229.084
Custo de compra de energia e dos serviços prestados		(4.078.045)	(24.834)		(4.102.879)
Lucro bruto		114.465	11.740		126.205
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas		(80.810)	(13.302)		(94.112)
Outras despesas operacionais, líquidas		(56.354)	(15)		(56.369)
		(137.164)	(13.317)		(150.481)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(22.699)	(1.577)		(24.276)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	356.074		(30.931)	30.931	356.074
	356.074		(30.931)	30.931	356.074
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras		96.224	3.227		99.451
Despesas financeiras		(115.167)	(831)		(115.998)
		(18.943)	2.396		(16.547)
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	356.074	(41.642)	(30.112)	30.931	315.251
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(12.366)	(1.519)		(13.885)
Diferidos		23.077	1.775		24.852
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	356.074	(30.931)	(29.856)	30.931	326.218

	2018				
	Geração	Comercialização	Holdings e prestação de serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestado	87.769	4.404.746	29.657	(66.554)	4.455.618
Custo de compra de energia e dos serviços prestados	(61.625)	(4.266.749)	(20.718)	66.554	(4.282.538)
Lucro bruto	26.144	137.997	8.939		173.080
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	(660)	(71.774)	(21.785)		(94.219)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.314)	46.488	300.054		345.228
	(1.974)	(25.286)	278.269		251.009
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	24.170	112.711	287.208		424.089
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	332.643	(5.986)	88.938	(73.114)	342.481
	332.643	(5.986)	88.938	(73.114)	342.481
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	2.938	101.891	3.512		108.341
Despesas financeiras	(37.197)	(115.961)	(1.244)		(154.402)
	(34.259)	(14.070)	2.268		(46.061)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	322.554	92.655	378.414	(73.114)	720.509
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(4.719)	(18.128)	(209)	(1)	(23.057)
Diferidos		(17.071)	(45.807)	1	(62.877)
Lucro líquido do exercício	317.835	57.456	332.398	(73.114)	634.575

(c) EBITDA ajustado – Segmentado de negócio

					2019
	Holdings e prestação				
	Geração	Comercialização	serviços	Eliminações	Consolidado
Lucro (prejuízo) do exercício	356.074	(30.931)	(29.856)	30.931	326.218
Imposto de renda e contribuição social		(10.711)	(256)		(10.967)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	356.074	(41.642)	(30.112)	30.931	315.251
Equivalência patrimonial	(356.074)		30.931	(30.931)	(356.074)
Resultado financeiro, líquido		18.943	(2.396)		16.547
Depreciação e amortização		4.580	303		4.883
EBITDA		(18.119)	(1.274)		(19.393)
Itens excepcionais:					
Dividendos recebidos	69.084				69.084
EBITDA ajustado	69.084	(18.119)	(1.274)		49.691

					2018
	Holdings e prestação				
	Geração	Comercialização	serviços	Eliminações	Consolidado
Lucro (prejuízo) do exercício	317.835	57.456	332.398	(73.114)	634.575
Imposto de renda e contribuição social	4.719	35.199	46.016		85.934
Lucro antes dos impostos	322.554	92.655	378.414	(73.114)	720.509
Equivalência patrimonial	(332.643)	5.986	(88.938)	73.114	(342.481)
Resultado financeiro, líquido	34.259	14.070	(2.268)		46.061
Depreciação e amortização	24.088	801	2.454		27.343
EBITDA	48.258	113.512	289.662		451.432
Itens excepcionais:					
Ganho pelo ajuste a valor justo e ágio reflexo na desconsolidação da VTRM			(302.508)		(302.508)
Dividendos recebidos	8.132				8.132
EBITDA ajustado	56.390	113.512	(12.846)		157.056

29 Eventos subsequentes

(a) Opção de compra de Piauí II e III

Em janeiro de 2020 a controlada em conjunto VTRM exerceu sua opção de compra de Piauí II e III, para desenvolvimento de novos parques eólicos na região Nordeste do Brasil, com investimento aproximado de R\$ 2 bilhões. O início de construção dos parques está previsto para 2021, com entrada em operação entre 2022 e 2023.

Cada um dos complexos será composto por cinco parques eólicos localizados na região na Serra do Inácio. Ventos do Piauí II terá 100% da sua estrutura distribuída entre 3 municípios piauienses (Curral Novo, Paulistana e Betânia do Piauí) e o complexo Ventos do Piauí III, terá aerogeradores instalados em Curral Novo (Piauí), Araripina e Ouricuri (Pernambuco). Juntos, os novos complexos terão uma capacidade instalada de geração de energia de 411,6 MW e tornarão a controlada em conjunto VTRM responsável por aproximadamente 1 GW de capacidade instalada de geração naquela região.

(b) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta Pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

O Comitê de Crise da Companhia está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando o assunto também junto aos nossos clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não é possível estimar os eventuais impactos que a pandemia poderá trazer para o mercado em geral e para os nossos negócios.

Adicionalmente, considerando a análise das informações e dados que temos até o momento, não temos visibilidade de qualquer impacto em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19.

Por fim, informamos que até o presente momento, não tivemos impactos em nossas operações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos à eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar.